ANÁLISE DA PROGRESSIVIDADE DO IPVA E O SEU POTENCIAL PARA PROMOVER O PRINCÍPIO DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA

Autor(res)

Volnei Rosalen
Gabriela Ribeiro Soares

Categoria do Trabalho

Iniciação Científica

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE SÃO JOSÉ

Introdução

A EC nº 132/2023 trouxe transformações profundas ao unificar cinco tributos PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI em dois novos impostos CBS e IBS. Essa reforma simplificou a complexa legislação tributária, reduzindo burocracia e estimulando a atividade econômica.
No caso do IPVA, as alterações foram significativas: além da manutenção da tributação sobre veículos terrestres, passou a incluir veículos aéreos e aquáticos, antes isentos. Outra inovação foi a possibilidade de alíquotas progressivas, considerando valor, uso e impacto ambiental do veículo, reforçando o princípio da capacidade contributiva.
A CF/1988 (art. 145, §1º) estabelece que os tributos devem considerar a capacidade econômica do contribuinte. No IPVA, isso se reflete em alíquotas maiores para carros de luxo, enquanto veículos populares têm carga reduzida. Essa abordagem promove equidade social e sustentabilidade, incentivando escolhas menos poluentes e assegurando que os mais ricos contribuam de forma proporcional.

Objetivo

Este estudo examina se a progressividade do IPVA, prevista na EC 132/2023, realiza o princípio da capacidade contributiva (CF/1988). A emenda reformou o sistema tributário, permitindo alíquotas diferenciadas por valor, uso e impacto ambiental dos veículos, promovendo justiça fiscal, sucintamente significa que a alíquota aumenta à medida que cresce a capacidade contributiva.

Material e Métodos

A análise é realizada por meio da execução das seguintes etapas: 1) Argumentação escrita com base nas leituras e resumos estendidos que sustentam esse resumo; 2) Análise detalhada e resumo das leituras com exemplos, comparações e estudos; 3) Apontamentos e
questionamentos das ideias fundamentais dos autores; e 4) Debate com o Grupo de Pesquisa Multicêntrico do Constitucionalismo Brasileiro com demais alunos e o orientador.

Resultados e Discussão

A EC 132/2023 inovou ao prever alíquotas progressivas no IPVA, considerando valor, uso e impacto ambiental dos

veículos. Essa abordagem permite que proprietários de carros mais valiosos ou poluentes contribuam proporcionalmente mais. A progressividade, embora indireta, transforma o IPVA - tradicionalmente um imposto real - em instrumento de justiça fiscal. Essa mudança alinha o imposto aos objetivos constitucionais das desigualdades e promoção do ambiente sustentável.

O Princípio da Capacidade Contributiva está previsto no art. 145, §1º da CF/88 estabelece que a tributação deve considerar a condição econômica do contribuinte, este se materializa através da progressividade, garantindo que quem pode mais pague mais. Ele legitima diferenciações tributárias baseadas em critérios objetivos, assegurando equidade. Esse mecanismo é essencial para um sistema tributário justo, onde a carga fiscal é distribuída conforme o potencial econômico de cada cidadão, promovendo solidariedade social.

Conclusão

A progressividade no IPVA, alinhada ao princípio da capacidade contributiva, mostra como a tributação pode promover justiça fiscal e desenvolvimento sustentável. Ao adotar alíquotas proporcionais ao valor e impacto ambiental dos veículos, combate desigualdades e redistribui riqueza. Contudo, sua eficácia depende da gestão transparente dos recursos arrecadados, que devem financiar políticas públicas inclusivas.

Agência de Fomento

FUNADESP-Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular

Referências

MEIRELLES, José Ricardo. O princípio da capacidade contributiva. Revista de informação legislativa, Brasília, ano 1997, v. 34, n. 136, p. 333-339, 1 out. 1997. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/315. Acesso em: 03 de março de 2025.

MENEZES, Marcelo Cabral de. A progressividade do imposto sobre a renda como instrumento de justiça social. Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, p. 1-25, 1 maio 2015. Disponível em: https://emerj.tjrj.jus.br/files/pages/revistas/curso-de-especializacao-em-direitotributario/edicoes/2_2015/pdf/MarceloCabraldeMenezes. Acesso em: 03 de março de 2025.

MOTA, Flávia Pinto Lisboa Sodré da. A aplicação da progressividade aos impostos reais: uma análise do instituto quanto ao IPVA. 2017. Monografia (Bacharelado em Direito) - Faculdade de Direito do Recife – FDR, [S. l.], 2017. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/21603. Acesso em: 03 de março de 2025.